

REDES SOCIAIS

Zuckerberg põe STF na mira

Ao anunciar o fim do programa de verificação digital adotado pela Meta, bilionário manda recado velado à Corte ao dizer que há países latino-americanos que mantêm “tribunais secretos” para tirar do ar conteúdo publicado nas plataformas

» FABIO GRECCHI
» ISRAEL MEDEIROS
» VANILSON OLIVEIRA

Ao anunciar, ontem, que a gigante das redes sociais Meta encerrará o programa de verificação digital nos Estados Unidos, o **bilionário Mark Zuckerberg** afirmou que há países na América Latina que mantêm “tribunais secretos”, cujo objetivo é tirar, discretamente, conteúdo publicado nas plataformas. Embora não tenha feito uma citação direta, a crítica foi entendida nos Três Poderes como na direção do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ataque vem no momento em que a Corte analisa três ações que tratam de regras para redes sociais e a responsabilidade que têm pelo conteúdo publicado. Isso inclui avaliar a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14), norma que estabeleceu os direitos e deveres para o uso da web no Brasil. O placar, por enquanto, está 3 x 0 pela responsabilização das plataformas.

Além disso, em 2024 o ministro Alexandre de Moraes, do STF, bloqueou o acesso ao X (antigo Twitter) no Brasil e impôs multa milionária por descumprir decisões judiciais ao não retirar do ar publicações mentirosas, desinformativas e que continham distorções.

Por enquanto, a Meta vem colaborando com o Judiciário e moderando inserções que são claramente fake news. Inclusive, na corrida eleitoral de 2022, a plataforma — proprietária do Instagram, do Facebook e do aplicativo de mensagens WhatsApp — se comprometeu com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a impedir a disseminação de mensagens e publicações mentirosas, cujo intuito era o de direcionar a vontade do eleitor.

Sem mudanças

Para interlocutores do governo, a Meta não deve mudar o procedimento adotado no Brasil. Isso porque, no entendimento deles, o reposicionamento da plataforma tem mais a ver com a postura do futuro presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, defensor da ausência total de moderação ou de controle daquilo que circula nas redes sociais. Além disso, entendem que Zuckerberg não quer tornar-se um alvo do governo do sucessor de Joe Biden, que, inclusive, contará com a presença de Elon Musk, dono do X.

Nos bastidores do Judiciário, a impressão é semelhante à que transita, sobretudo, no Palácio do Planalto. Afinal, na queda de braço entre Musk e o ministro Moraes, foi o empresário que recuou. Para quer o X voltasse ao

Volta “às raízes”

O bilionário Mark Zuckerberg anunciou a decisão por meio de um vídeo. Além de enxergar uma suposta censura, em países latino-americanos, ao conteúdo publicado nas redes sociais, disse que Facebook, Instagram e WhatsApp vão “voltar às suas raízes”. Segundo ele, a política de checagem de fatos da empresa foi “longe demais”. “É hora de trazer de volta nossas raízes e nossa liberdade de expressão. Estamos substituindo os checadores de fatos por Notas da Comunidade, simplificando nossas políticas e focando em redução de erros. Os governos e a mídia tradicional têm pressionado para censurar cada vez mais. Muito disso é claramente político”, afirmou. No vídeo, Zuckerberg acusa os moderadores de serem “muito tendenciosos politicamente”.

ar e as contas da Starlink fossem desbloqueadas, a representação do bilionário no país teve de desembolsar R\$ 29 milhões.

Pesou também para que revise a posição que adotara, as pressões de investidores sobre as empresas de Musk, preocupados com a redução dos lucros e com o crescimento no mercado brasileiro de potenciais adversários, como a francesa E-Space e a chinesa Space Sail, concorrentes da Starlink no fornecimento de sinal de internet por meio de satélites de baixa órbita. As duas foram autorizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a funcionar no país, no ano passado, quase ao mesmo momento em que a empresa de Musk estava com as contas bloqueadas, enquanto não pagasse as multas impostas por Moraes ao X.

Comemoração

Os bolsonaristas exultaram com a nova posição de Musk e acreditam que, em breve, a Meta abandonará a postura colaborativa com o Judiciário brasileiro. O ex-presidente publicou a notícia em seu perfil no X, mas se furtou de comentários. Seus filhos, porém, se manifestaram. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse que “censurar as redes sociais não é saudável para a democracia”.

O vereador Carlos Bolsonaro (PL), responsável pelas redes do ex-presidente, aproveitou a

Brendan Smialowski/AFP



De acordo com o bilionário, “governos e a mídia tradicional têm pressionado para censurar cada vez mais. Muito disso é claramente político”

Como funcionam as notas de contexto?

» As notas de contexto são uma ferramenta de moderação coletiva de conteúdos. Elas aparecem abaixo de algumas publicações potencialmente enganosas.

» O Twitter as utiliza desde 2021. Em 2022, foram amplamente implementadas na rede social, comprada pelo bilionário Elon Musk em 2022 e renomeada como X.

» As notas são propostas e redigidas por usuários voluntários, que precisam se inscrever previamente, e não são editadas pelas equipes do X.

» Depois, “outros usuários avaliam se a nota é útil ou não, com base em critérios como a pertinência das fontes e a clareza das informações”, segundo Lionel Kaplan,

presidente da agência de criação de conteúdos em redes sociais Dicenda.

» As avaliações “levam em conta não apenas o número de colaboradores que classificaram uma publicação como útil ou inútil, mas, também, se as pessoas que a avaliaram parecem pertencer a diferentes esferas”, explica o X, em seu site oficial.

» O princípio é semelhante ao da Wikipédia. “Nos baseamos nos usuários mais ativos de uma rede social ou de uma plataforma para aumentar a qualidade dos conteúdos”, acrescentou Kaplan.

» A Meta, que anunciou que seu programa de notas será similar ao da X, considera o sistema “menos parcial” do que o fact-checking.

Quais os riscos para os usuários?

» O Facebook possui um programa de fact-checking em mais de 26 idiomas, que remunera mais de 80 organizações de mídia em todo o mundo para usar as verificações de fatos em suas plataformas, como WhatsApp e Instagram.

» Com as avaliações, “o problema é que a verificação depende da multidão”, afirma Christine Balagué, professora do Instituto Mines-Télécom e fundadora da rede de pesquisa “Good in Tech”, que trabalha com desinformação. “A multidão pode dizer o certo, mas também pode haver pessoas mal-intencionadas, que estão ali para disseminar informações erradas”, alerta.

» “Essa decisão (da Meta) afetará os usuários que buscam informações precisas

e confiáveis”, comentou no X Angie Drobnic Holan, diretora americana da Rede Internacional de Fact-Checking (IFCN, na sigla em inglês). “Os checadores nunca demonstraram parcialidade em seu trabalho, e essas críticas vêm de pessoas que acreditam que podem exagerar os fatos e mentir sem serem refutadas ou contraditadas”, acrescentou, destacando o clima de pressão política nos Estados Unidos às vésperas da posse do presidente eleito Donald Trump.

» Bill Adair, cofundador da IFCN, afirmou que é “preocupante ver Mark Zuckerberg ecoar os ataques políticos aos checadores, já que ele sabe que os participantes de seu programa assinaram uma carta de princípios que exige transparência e imparcialidade”.

fala de Zuckerberg sobre suposta censura no Brasil para fazer uma ironia. “Ah, vá! Jura? Ninguém sabia!”, publicou.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) disse que o bilionário “detona Alexandre de Moraes sem citá-lo”. “O efeito Donald Trump só está começando e muito mais fatos serão

revidos!”, escreveu.

Outros aliados de Bolsonaro festejaram o reposicionamento da Meta. “Esse momento em que tantas pessoas são perseguidas politicamente por sua opinião está começando a ter seu fim”, festejou o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS).

A deputada Bia Kicis (PL-DF)

também comemorou. “Não tem mais empresa ligada aos governos tiranos para checar quem fala a verdade, quem não fala a verdade e barrar quem não se alinha aos progressistas, à esquerda”, afirmou.

O também deputado Carlos Jordy (PL-RJ) afirmou que “as democracias estão se insurgindo

contra a censura, a ditadura e a tirania”. Disse, ainda, que o Brasil “será prioridade nessa guerra”. A deputada Carla Zambelli (PL-SP) questionou se o anúncio seria um “efeito Trump”.

Até o fechamento desta edição, o STF não tinha se manifestado sobre a insinuação de Zuckerberg. **(Com AFP)**

Trump considera que a pressão que fez levou à nova posição

Especialistas e integrantes do governo consideram que as mudanças anunciadas por Mark Zuckerberg na política de checagem de publicações da Meta são um claro aceno ao presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump — crítico do bilionário e da postura da Meta, que considera “progressista”. Não à toa, ele afirmou, ontem, que “provavelmente” influenciou a decisão do magnata.

“Assisti à coletiva de imprensa deles e achei que foi muito boa. Acho que eles, honestamente, acho que eles percorreram um longo caminho. O cara (Zuckerberg) foi muito impressionante”, destacou. Indagado se teria influenciado na nova postura da Meta, Trump não se furtou. “Provavelmente. Sim, provavelmente”.

Preocupação

O secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, João Brant, criticou Zucklerberg,

interpretando suas falas como um ataque direto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e às iniciativas de checagem de fatos. Para ele, a posição do bilionário “antecipa o início do governo de Donald Trump”.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também mostrou-se preocupado. “Tivemos um anúncio de uma importante organização global dizendo que vai retirar filtros contra fake news, aderindo à mentalidade de que liberdade de expressão inclui calúnia, mentira e difamação. Isso nos preocupa profundamente”, lamentou.

Para Marcelo Senise, CEO do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial, a decisão de Zuckerberg representa um retrocesso nos esforços para combater a desinformação. “A moderação de conteúdo por verificadores independentes, apesar de suas falhas, era uma tentativa válida de trazer equilíbrio ao ambiente digital. A substituição por notas da comunidade abre

Diogo Zacarias/MF



Haddad lamentou a postura da Meta, que aderiu “à mentalidade de que liberdade de expressão inclui mentira”

espaço para polarização e manipulação, principalmente em países com alta desigualdade de acesso à informação, como o Brasil”, explicou.

Regramento

Senise destacou que a confiança no sistema de notas colaborativas dependerá do engajamento

responsável dos usuários, algo difícil de alcançar em cenários polarizados. Ele ressaltou que o Congresso precisa definir regras não apenas para redes sociais, mas,

também, para o uso de inteligência artificial (IA) — que, conforme observa, pode destruir a democracia, fraudando eleições, por exemplo.

Entre os parlamentares governistas, mais críticas a Zuckerberg. “Topa tudo por dinheiro. Depois de Elon Musk, agora é a vez de Mark Zuckerberg abraçar a extrema-direita para aumentar ainda mais sua fortuna — já estimado em mais de US\$ 200 bilhões. Democracia, para os bilionários das Big Techs, é só uma palavra bonita, e nada mais. Revoltante!”, publicou o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP).

O deputado André Janones (Avante-MG) também lamentou o que chamou de aliança entre Zuckerberg e a extrema-direita global. “A extrema-direita, que vive de mentiras, está comemorando a decisão do Mark Zuckerberg de se unir a Donald Trump e a Elon Musk. Mas esquece que, no Brasil, temos leis e o Musk voltou com o rabo entre as pernas e obedeceu ao ministro Alexandre de Moraes”, lembrou. **(VO)**